

Sarney: Reforma eleitoral não vai sofrer alterações

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que o novo chefe do Gabinete Civil da Presidência, professor Leitão de Abreu, deverá seguir a orientação sobre as modificações na legislação eleitoral anunciadas na última semana após reunião do Conselho Político do Governo.

Sarney alertou, no entanto, para a possibilidade de o novo ministro contribuir, como jurista, no sentido do aperfeiçoamento da proposta que, por enquanto, prevê apenas a extensão da sublegenda ao pleito de governador.

— Como grande jurista — disse — o professor Leitão de Abreu certamente poderá dar uma contribuição à proposta de reforma na legislação eleitoral, sem contudo alterar a orientação do presidente Figueiredo sobre a matéria.

O presidente do PDS disse, ainda, que a saída do ex-ministro Golbery do Couto e Silva e a conseqüente ascensão do professor Leitão de Abreu à chefia do Gabinete Civil não modificarão o curso do projeto de abertura política, que é coordenada pelo presidente da República.

— Por mais que se lamente a saída do ministro Golbery — afirmou o presidente do PDS — devemos convir que o projeto de abertura continuará em desenvolvimento. Se achássemos que a simples saída de um ministro de Estado abalaria essa trajetória, estaríamos diminuindo o valor das convicções do presidente Figueiredo.

No momento em que se levantam dúvidas sobre a consolidação do regime democrático no País, segundo o senador Sarney, a classe política deve, mais do que nunca, apoiar o presidente da República. Nesse sentido, ele colocou seu partido à disposição do presidente.

— Nosso partido — afirmou — está disposto a colaborar com o Governo, porque nosso relacionamento com o presidente Figueiredo sempre foi muito bom. Ele sempre procurou prestigiar o PDS. Por isso, queremos que o nosso partido seja o grande instrumento para consolidação do regime democrático no País.

PARTIDOS

O presidente do PDS afastou, pelo menos por enquanto, a possibilidade de alteração na legislação partidária para facilitar a formação dos pequenos partidos políticos. Segundo ele, a exigência de três por cento dos votos em nove Estados e cinco por cento da votação nacional deverá ser cumprida pelos partidos em formação.

O senador Sarney deixou uma ressalva, no entanto, para o caso da legislação efetivamente prejudicar a formação das pequenas agremiações partidárias. Se isso ocorrer, segundo ele, a lei deverá ser revista através de modificação no texto constitucional.

— Embora exista um sentimento favorável à formação de todos os partidos políticos, a lei deverá ser mantida porque as exigências são facilmente alcançáveis por todos — afirmou Sarney.